

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 21.486/14/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 15.000016670-58
Impugnação: 40.010134984-52, 40.010134999-39 (Coob.)
Impugnante: Antônio Francisco Eckstein Canabrava
CPF: 676.898.416-00
Antônio Alberto Canabrava (Coob.)
CPF: 002.008.836-15
Origem: DF/BH-1 - Belo Horizonte

EMENTA

ITCD - DOAÇÃO - FALTA DE RECOLHIMENTO/RECOLHIMENTO A MENOR - QUOTAS DE CAPITAL DE EMPRESA. Constatado o não recolhimento do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) referente à doação de quotas de capital de empresa. Infração caracterizada nos termos do art. 1º, inciso III da Lei nº 14.941/03. Corretas as exigências de ITCD e Multa de Revalidação prevista no art. 22, inciso II da referida lei.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), incidente sobre a doação de quotas do Capital Social da empresa Pavibrás Participações Ltda, CNPJ nº 14.630.734/0001-69.

A doação foi realizada pelo ora Coobrigado, Antônio Alberto Canabrava, em 05/03/12, para o Autuado Antônio Francisco Eckstein Canabrava, conforme Declaração de Bens e Direitos e demais documentos anexos ao Protocolo SIARE nº 201.201.884.886-5, entregues à Secretaria de Estado de Fazenda em 05/06/12.

Exige-se o ITCD e a Multa de Revalidação prevista pelo art. 22, II da Lei nº 14.941/03.

Inconformados, Autuado e Coobrigado apresentam, tempestivamente suas impugnações às fls. 151/157 e 213/219, respectivamente.

Argumentam que o negócio jurídico realizado não ocorreu na forma de doação, mas sim de compra e venda, de acordo com 1º Alteração Contratual da empresa Pavibrás Participações Ltda (fls. 168/174) e Termo de Cessão de Quotas (fls. 176/182).

Apresentam comprovantes de transação bancária (fls. 184/190) a fim de demonstrar o pagamento do negócio efetuado e descaracterizar a ocorrência da doação.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esclarecem que a venda das quotas foi feita em decorrência das adversidades financeiras em que se encontrava o Coobrigado.

Afirmam não ter havido ocultação de quaisquer aspectos do fato gerador do ITCD ou da natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, não podendo o Fisco desconsiderar o negócio jurídico.

Advertem, em nome do princípio da verdade material, que o Fisco deveria perquirir exaustivamente a existência do fato gerador, a fim de preservar o princípio da legalidade, observando, ainda, que todos os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa fé, de acordo com a norma do art. 113 do Código Civil.

Por fim, requerem que seja julgado improcedente o lançamento.

A Fiscalização manifesta-se às fls. 250/253 pugnando pela procedência do lançamento.

DECISÃO

Tratam os autos da exigência do ITCD incidente sobre a doação de cotas da empresa Pavibrás Participações Ltda, além da Multa de Revalidação prevista no art. 22, II da Lei nº 14.941/03.

A despeito das alegações dos Impugnantes, houve uma 1ª Alteração Contratual (fls. 17/24), apresentadas à Secretaria de Estado de Fazenda, com a Declaração de Bens e Direitos em 05/06/12, que embora não tenha sido averbada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, não lhe retira o valor e a eficácia produzida entre as partes.

No instrumento particular supracitado, devidamente assinado pelos sócios em 05/03/12, consta, literalmente, às fls. 18, que a totalidade das quotas foram cedidas e transferidas por doação.

Ademais, em 05/06/12, o Coobrigado apresentou Termo de Autodenúncia (fls. 26/27), para fins de requerimento de parcelamento (fls. 28/29), declarando assim, de forma expressa, a efetivação da doação em comento.

Foi então que em 29/11/12, já ciente do valor do imposto devido em virtude da doação das quotas, o Coobrigado requereu cancelamento do pedido de parcelamento do imposto, informando que a pretendida doação de quotas do capital social não foi efetivada/concretizada (fls. 58).

Posteriormente, a Fiscalização intimou os Impugnantes a esclarecerem diversos pontos, dentre eles, qual o motivo que justificou o negócio jurídico em questão, qual o grau de parentesco entre o vendedor e o comprador, e quais outros documentos poderiam apresentar a fim de comprovar a capacidade financeira e civil do comprador (fls. 68).

Os Impugnantes responderam, por meio de procurador regularmente constituído, que a principal causa da venda das quotas foi a necessidade financeira do vendedor, diante dos prejuízos que estava tendo em suas empresas. Porém, não

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

anexaram provas para corroborar essa alegação. E, não consta no processo outra empresa além da Pavibrás Participações Ltda.

Sobre o grau de parentesco, informou que o vendedor é pai do Autuado.

Com relação à capacidade financeira, o Autuado apresentou DIRPF (fls. 192/210), demonstrando o recebimento de rendimentos tributáveis, do Banco Central do Brasil, em 2012, no valor de R\$ 223.639,16 (duzentos e vinte e três mil seiscientos e trinta e nove reais e dezesseis centavos). Ainda, constam dois empréstimos recebidos de seu pai e Coobrigado, no valor total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), parcialmente quitados. Apresentou, também, declaração do BACEN, (fls. 99), informando a remuneração básica do Autuado, em novembro de 2012, no valor de R\$ 18.478,45 (dezoito mil quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Nos comprovantes de pagamento apresentados, às fls. 184/190, constam duas transações bancárias em 2012 no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), além de mais cinco transações bancárias em 2013, no valor total de R\$ 35.484,85 (trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Pelo que se pode observar acima, não restou demonstrada a capacidade financeira para os pagamentos efetuados a fim de cumprir o acordado no Termo de Cessão de Quotas às fls. 86/92.

Porquanto, não se comprovou a capacidade financeira do Autuado em realizar a suposta compra e venda, nem mesmo a alegada necessidade financeira do Coobrigado, em razão de prejuízos em suas empresas. Aliás, a empresa Pavibrás Participações Ltda apresentava um patrimônio líquido, à época do negócio jurídico, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Como ficou demonstrado, o negócio jurídico existente entre Coobrigado e Autuado foi efetivamente a doação, inexistindo nos autos provas ou mesmo indícios suficientes da ocorrência da compra e venda aventada.

Conforme disposto no art. 538 do Código Civil, considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.

A doação pressupõe um ato unilateral de vontade e depende de aceitação do favorecido (donatário) para produzir seus efeitos. Uma vez aceita e cumprida, é irrevogável, salvo nas hipóteses previstas em lei, não aplicáveis ao caso concreto.

Assim, uma vez efetivada a doação, e considerando que não foi apresentado qualquer elemento capaz de demonstrar sua revogação conforme previsto em lei, deve ser considerada válida e acabada, ensejando correta a cobrança do imposto incidente.

A penalidade aplicada é a Multa de Revalidação em consonância com o que determina o art. 22, inciso II da Lei nº 14.941/03, *in verbis*:

Art. 22. A falta de pagamento do ITCD ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará a aplicação de multa, calculada sobre o valor do imposto devido, nos seguintes termos:

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

II - havendo ação fiscal, será cobrada multa de revalidação de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Portanto, restando plenamente caracterizada a infringência à legislação tributária, tendo sido o crédito tributário regularmente formalizado e não tendo os Impugnantes apresentados provas capazes de ilidir o feito fiscal, legítima a exigência do ITCD e da Multa de Revalidação prevista no art. 22, inciso II da Lei nº 14.941/03, já transcrita.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Ivana Maria de Almeida (Revisora) e Sauro Henrique de Almeida.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2014.

**Maria de Lourdes Medeiros
Presidente**

**Carlos Alberto Moreira Alves
Relator**